

INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE  
SOCIAL

ANO DE  
2022

DENOMINAÇÃO: Centro Social e Paroquial de São Martinho de Lordelo do Ouro

MORADA: Rua das Condominhas, 701

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Lordelo do Ouro

CONCELHO: Porto

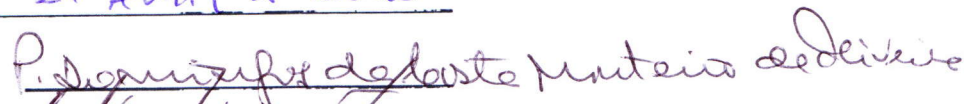

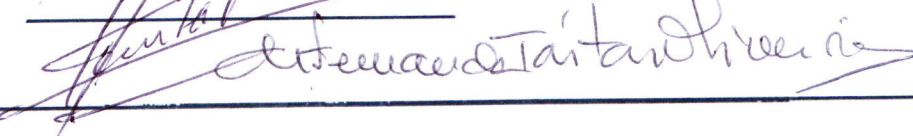
CODIGO POSTAL: 4150-224

  
\_\_\_\_\_  
(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

DATA: Porto, 21 Abril de 2023

ASSINATURAS:

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S.MARTINHO LORDELG DO OURO  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte : 505311453  
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	55 379,74	55 379,74
		55 379,74	55 379,74
Ativo corrente			
Caixa e depósitos bancários	9.1	43 491,56	42 634,91
		43 491,56	42 634,91
<b>Total do ativo</b>		<b>98 871,30</b>	<b>98 014,65</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos patrimoniais			
Fundos	9.2	22 327,09	22 327,09
Resultados transitados	9.2	26 761,23	25 402,71
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	9.2	46 059,63	45 589,63
		95 147,95	93 319,43
Resultado líquido do período		1 373,95	1 356,52
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>96 521,90</b>	<b>94 677,95</b>
<b>Passivo</b>			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5	1 000,00	1 000,00
		1 000,00	1 000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	9.3	129,30	516,60
Outros passivos correntes	9.4	1 220,10	1 820,10
		1 349,40	2 336,70
<b>Total do passivo</b>		<b>2 349,40</b>	<b>3 336,70</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>98 871,30</b>	<b>98 014,65</b>

A Direção

O Contabilista Certificado

*P. Lourenço de Lente*  
*Maria do Espírito Santo*  
*Luís António de Jesus*  
*Luís António de Jesus*

*[Handwritten signature]*

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S.MARTINHO LORDELO DO OURO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte 505311453

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 022	2 021
Subsídios, doações e legados à exploração	9.8	4 154,91	7 966,04
Fornecimentos e serviços externos	9.5	-2 736,94	-6 251,10
Outros rendimentos	9.7	21,30	35,49
Outros gastos	9.6	-65,32	-391,91
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1 373,95</b>	<b>1 358,52</b>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1 373,95</b>	<b>1 358,52</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>1 373,95</b>	<b>1 358,52</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1 373,95</b>	<b>1 358,52</b>

A Direção  
 P. Gonçalves de Leate Monteiro de Oliveira  
 António José Soares  
 António José Soares  
 António José Soares

O Contabilista Certificado

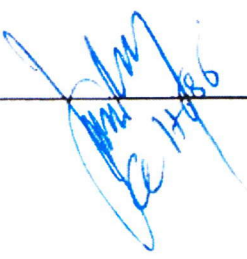
*[Handwritten signature in blue ink]*

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S.MARTINHO LORDELO DO OURO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-3 184,24	-6 146,30
Pagamentos ao pessoal		0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações		-3 184,24	-6 146,30
Outros recebimentos/pagamentos		-135,32	5 619,80
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-3 319,56	-526,50
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de :</b>			
Juros e rendimentos similares		21,30	35,49
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		21,30	35,49
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Doações		4 154,91	2 602,33
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		4 154,91	2 602,33
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		856,65	2 111,32
Caixa e seus equivalentes no início do período		42 634,91	40 523,59
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.1	43 491,56	42 634,91

A Direção  
 P. Domingos de Santo Martinho de Loredo  
 António de Jesus  
 Interventor Administrativo

O Contabilista Certificado  


Entidade: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S.MARTINHO LORDELO DO OURO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 505311453

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Apoio à comunidade	PERÍODOS	
			2022	2021
Resultado Bruto		0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9.8	4 154,91	4 154,91	7 966,04
Outros Rendimentos	9.7	21,30	21,30	35,49
Gastos administrativos	9.5	-2 736,94	-2 736,94	-6 251,10
Outros Gastos	9.6	-65,32	-65,32	-391,91
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1 373,95</b>	<b>1 373,95</b>	<b>1 358,52</b>
Gastos de financiamento (líquidos)				
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1 373,95</b>	<b>1 373,95</b>	<b>1 358,52</b>
Imposto sobre o rendimento do período				
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1 373,95</b>	<b>1 373,95</b>	<b>1 358,52</b>

A Direção  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

O Contabilista Certificado

*[Handwritten signature]*

**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL  
DE SÃO MARTINHO DE LORDELO  
DO OURO**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**2022**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros ...	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	8
5	Financiamentos Obtidos.....	8
6	Rédito .....	8
7	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	8
8	Subsídios do Governo e Apoios do Governo .....	9
9	Outras Informações .....	9
9.1	Caixa e Depósitos Bancários.....	9
9.2	Fundos Patrimoniais .....	9
9.3	Fornecedores.....	9
9.4	Outros Passivos Correntes.....	10
9.5	Fornecimentos e Serviços Externos .....	10
9.6	Outros Gastos.....	10
9.7	Outros Rendimentos .....	10
9.8	Subsídios, Doações e Legados à Exploração .....	11
9.9	Acontecimentos após data de Balanço.....	11

## **1 Identificação da Entidade**

O Centro Social e Paroquial de São Martinho de Lordelo do Ouro é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 154, III Série de 6 de Julho de 2002, com sede

na Rua das Condominhas, 701-Porto.

Tem como objectivo contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as instituições particulares, num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

## **3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

### **3.1.1 Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### **3.1.3 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### **3.1.4 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.6 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve

haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

#### **3.1.7 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se

continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

#### **3.1.8 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

#### **3.1.9 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

#### **3.1.10 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

#### **3.1.11 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;

- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão. Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

### 3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras Contas a Pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.4 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

#### **3.2.5 Financiamentos Obtidos**

##### Empréstimos Obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

#### **3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

#### 4 Ativos Fixos Tangíveis

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021 mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	21-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Investimentos em Curso	55 379,74				55 379,74
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>55 379,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>55 379,74</b>
Depreciações Acumuladas	0,00				0,00
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>55 379,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>55 379,74</b>

#### 5 Financiamentos Obtidos

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se:

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Beneméritos		1 000,00	1 000,00		1 000,00	1 000,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>1 000,00</b>	<b>1 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 000,00</b>	<b>1 000,00</b>

#### 6 Rébito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Rébitos:

Rubricas	2022	2021
Juros	21,30	35,49
<b>Total</b>	<b>21,30</b>	<b>35,49</b>

#### 7 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

#### 9.4 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outros Devedores e Credores		1 220,10	0,00	1 820,10
<b>Total</b>		<b>1 220,10</b>	<b>0,00</b>	<b>1 820,10</b>

#### 9.5 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços Especializados	885,60	4 396,10
Serviços Diversos	1 851,34	1 855,00
<b>Total</b>	<b>2 736,94</b>	<b>6 251,10</b>

#### 9.6 Outros Gastos

A rubrica de "Outros Gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos e Taxas	5,32	9,07
Quotizações	60,00	60,00
Correções Exercícios Anteriores	0,00	123,00
Apoio à Comunidade	0,00	199,84
<b>Total</b>	<b>65,32</b>	<b>391,91</b>

#### 9.7 Outros Rendimentos

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes rendimentos:

Descrição	2022	2021
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>		
Juros	21,30	35,49
<b>Total</b>	<b>21,30</b>	<b>35,49</b>

## 8 Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	2022			2021		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
Município do Porto	Não Reembolsável			0,00			982,60
ISS IP Centro Distrital	Não Reembolsável			0,00			438,60
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 421,20

## 9 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 9.1 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>		
Caixa	363,65	824,49
Depósitos à Ordem	43 127,91	6 810,42
Outros Depósitos Bancários	0,00	35 000,00
<b>Total</b>	<b>43 491,56</b>	<b>42 634,91</b>

### 9.2 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	22 327,09			22 327,09
Resultados Transitados	25 402,71	1 358,52		26 761,23
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	45 589,63	470,00		46 059,63
<b>Total</b>	<b>1 358,52</b>	<b>1 828,52</b>	<b>0,00</b>	<b>95 147,95</b>

### 9.3 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores	129,30	516,60
<b>Total</b>	<b>129,30</b>	<b>516,60</b>

### 9.8 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu nos períodos de 2022 e 2021 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	0,00	1 421,40
Donativos -Particulares	450,00	2 232,33
Donativos - Espécie	0,00	199,84
Consignação IRS	3 704,91	4 112,47
<b>Total</b>	<b>4 154,91</b>	<b>7 966,04</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8

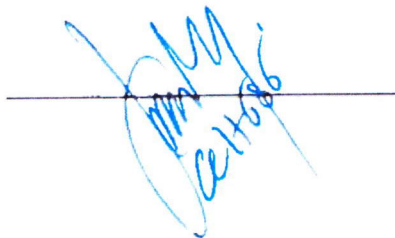
### 9.9 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 14 de Março de 2023

O Contabilista Certificado



A Direção

P. Soares da Costa  
 Diretor Financeiro  
 de Serviço

